

CAPITAL SOCIAL COMO FATOR LIMITANTE AO PROGRESSO SOCIAL E ECONÔMICO DA REGIÃO CACAUEIRA BAIANA

Francisco Mendes Costa¹

Raimundo Jorge Zumaeta Costa²

Valter Alves Nascimento³

RESUMO

O presente estudo busca analisar a economia cacaueteira no Mesorregião do Sul Baiano - MSB e as interfaces com a trajetória econômica e social de um território que descobriu no cacau a esperança de enriquecimento e melhorias sociais. A sua trajetória foi circundada por crises, as quais receberam adjutórios públicos, que a amenizavam, porém sem uma solução definitiva, chegando ao ápice de uma doença vir a proporcionar um desajuste de produção reduzindo-a em 70% da produção média dos últimos 30 anos, provocando em consequência o empobrecimento do patrimônio regional, cujas externalidades provocaram o desemprego e graves problemas sociais, cuja fase dura mais de 20 anos. Além de fatores estruturais e conjunturais, uma das causas ainda não discutida, mas importante na formação da crise está relacionada ao comportamento individualista do cacauicultor, o que quer dizer que as relações sociais não eram atividades costumeiras no dia a dia da prática regional. A escassez do capital social como fator limitante influenciou decididamente para a perda do desempenho tecnológico e a fraca representação política do cacauicultor. A cacauicultura tornou-se frágil perdendo a institucionalidade da produção e da representação, assim como a queda das interações sociais, que já eram precárias na Região.

PALAVRAS-CHAVES: Cacau, cacauicultor, capital social, políticas públicas, redes sociais, tecnologia

¹ Economista, doutorando em Ciências Sociais, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela UFRRJ/CPDA

² Eng^o Químico, doutorando em Ciências Sociais, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela UFRRJ/CPDA

³ Economista, doutorando em Ciências Sociais, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela UFRRJ/CPDA

ABSTRACT

This study seeks to analyze the cocoa economy in southern Bahia and interfaces with the economic and social trajectory of a territory that cocoa found in the hope of enrichment and social improvements. Its trajectory was surrounded by crises, which received support public, that tempered, but without a definitive solution, reaching the apex of a disease eventually provide a maladjustment of production by reducing it to 70% of the average for the last 30 years, causing the impoverishment as a result of regional heritage, whose externalities caused unemployment and serious social problems, whose phase lasts more than 20 years. In addition to structural and cyclical factors, one of the causes have not yet discussed, but in shaping the crisis is related to the individualistic behavior of cacao grower, which means that social relations were not in the usual activities of daily regional practice. The scarcity of capital as a limiting factor influenced decisively to the loss of technological performance and low political representation of cacao grower. With the advent of the witch's broom crisis cacao became fragile losing the institutional production and representation, as well as the decrease of social interactions, which were already poor in the Region.

KEYWORDS

Cocoa, cacao grower, social capital, public policy, social networking, technology

1. INTRODUÇÃO

O cacau já representou cerca de 40% das exportações nordestinas. Excedente econômico gerado pela lavoura se constituiu numa das principais fontes de recursos para o financiamento da industrialização do país. Garantiu a manutenção do aparelho estatal baiano por mais de cem anos ao se tornar a maior fonte de arrecadação de ICMS do Estado. Mesmo sendo um cultivo de crises, o cacau se estendeu pelo sul da Bahia, que veio a se tornar a região mais rica do Estado, portanto, atradora de um interessante fluxo migratório para a formação de uma densidade populacional concentrada no meio rural, vindo a se tornar depois da área metropolitana da capital, a segunda Mesorregião do Sul Baiano mais populosa e formadora do PIB estadual (IBGE, 1980).

O progresso regional da MSB teve um marco significativo na história econômica da Região, graças a cacauicultura, monocultura instalada no final do século XVIII, que teve uma caminhada de expansão e se constituiu na base econômica e de atração promissora para imigrantes nordestinos, que vieram a se agregar aos primeiros colonizadores de um território, que tinha como base de sustentação da lavoura a mão-de-obra escrava, libertada pela lei Áurea em 1888, que veio a deixar o cacauicultor pioneiro sem braços para tocar a lavoura. A mão-de-obra contratada era a alternativa para evitar um colapso de produção, a lavoura se mostrava próspera para edificar uma economia promitente e que se consolidou como tal. Do início à metade do século XX, época da estabilização da lavoura como o setor mais importante do Estado, esteve sujeita a várias crises, cujas conseqüências, por esse período, tornavam as condições da cacauicultura desalentadoras. A economia cacauera mergulhava em profundas crises sazonais, vislumbrando-se reflexos sociais altamente negativos nas regiões produtoras, cuja população dependia exclusivamente da receita gerada pelo cacau.

A história de apogeu e crises acontece do final do século XIX ao início do século XXI, portanto, ela ocorre num período de mais de 150 anos, desde o início da fase expansionista da lavoura até o momento atual, quando aconteceu a mais importante crise, cujas conseqüências socioeconômicas foram as mais danosas.

Para Menezes (1993) a mono-economia do cacau vive de ciclos, ou seja, de alternância de períodos de bons preços e maus preços e que estes últimos são de maior permanência, o que caracteriza uma economia de espasmos, que não possibilita uma base de sustentação permanente, não forma um "*momentum*" econômico. Uma

economia com essas características não pode se desenvolver plenamente, pois a oferta e procura de cacau, ou a manipulação dos preços não propicia a fundamentação de uma economia forte.

Por outro lado, a dinâmica que preside a montagem desta região, colocou os interesses dos grandes agentes em planos bem localizados, diferentes e antagônicos, que de modo algum dão coesão a região, pois temos, de um lado, o trabalhador; do outro, o produtor de cacau; e em plano bem distinto os interesses dos comerciantes e industriais do chocolate, ou seja, os agentes econômicos têm interesses distintos e não harmoniosos.

Os indicadores sociais da região são os exemplos mais marcantes, pois, de um lado, a economia regional reproduziu uma pequena quantidade de pessoas que vivem nos moldes da Europa e, do outro, a grande maioria viveu em parâmetros econômicos de terceiro mundo. Isso mostra o quanto é desarticulada a economia regional, pela perversidade que apresenta no processo de distribuição de renda.

Pode-se fazer uma apologia do crescimento da economia cacauceira com as duas visões antagônicas do desenvolvimento, sob a ótica de Sen (1999). A primeira delas, sustenta que o desenvolvimento é um processo violento, sofrido, envolvido inevitavelmente em “sangue, suor e lágrimas” e onde o desafio de acumular riquezas o mais rapidamente possível pode levar até ao sacrifício imediato do bem-estar, que viria depois, aí então, sobre bases sólidas. Nesse particular, as bases sólidas do bem estar da região eram utópicas, pois se desfaleceriam com as crises. O autor mostra a existência de outra corrente para a qual o desenvolvimento é um processo “essencialmente amigável” e “pode ser exemplificado por coisas como trocas benéficas ou pelo trabalho de redes de segurança social ou por liberdades políticas ou por desenvolvimento social ou uma ou outra combinação destas atividades de apoio”, fatores não combinados na Mesorregião do Sul Baiano.

Há de ressaltar, portanto, que o processo de formulação do progresso econômico e social da MSB foi prejudicado em razão do baixo aprendizado da comunidade regional de que a sustentabilidade da economia regional e por consequência o bem-estar social duradouro dependeria da construção coletiva como forma de expressão do sentimento proativo capaz de estabelecer proteção para uma atividade que

historicamente mostrava ser vulnerável a diversos *insights* tanto naturais como identitários.⁴

A metodologia adotada, enquanto conjunto de atividades irá proporcionar maiores informações, estabelecer critérios e técnicas mais adequados. Efetuou-se um estudo sobre o atual Estado da Arte sobre o tema objetivando atender os objetivos na construção do trabalho, que por seu ineditismo propõe-se a rever, reavaliar, reinterpretar, criticar e fazer considerações teóricas, criando novas proposições na tentativa de explicar e compreender esse novo paradigma para a literatura regional.

2. CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO CACAUEIRA BAIANA

A MSB, de acordo o IBGE, compreende as microrregiões de Valença, Ilhéus-Itabuna e Porto Seguro, formadas por 70 municípios delimitados em um território estimado de 55.000Km². Os principais municípios são: Itabuna 204.000 habitantes, Ilhéus com 180.000, Porto Seguro 125.000 e Valença 90.000 habitantes, que são cidades pólos das referidas microrregiões, em cujo espaço abrangido, ocupa o território sul litorâneo do Estado da Bahia, maior produtor de cacau do Brasil.

Desde a sua formação até o surgimento da “vassoura de bruxa”, a população rural representava em média 65% da população total da região produtora, que chegou a reunir quase 2 milhões de habitantes

(IBGE, 1991). Significa que as cidades não apresentavam problemas de inchaço populacional, nem problemas graves de serviços públicos, só vindo a acontecer a partir da década de 90 com a crise da “vassoura de bruxa”, que provocou uma queda de 70% da produção, ocasionando um esvaziamento significativo do meio rural, quando mais de 2/3 da população rural saiu do campo para a cidade em busca dos meios de sobrevivência. (IBGE, 2000).

A expansão da fronteira agrícola na Mesorregião do Sul Baiano, que constituía parte da estratégia de aumento da produção, (Revolução Verde) ocorreu, todavia, em

⁴ O sociólogo Selem Rachid Asmar cita que é preciso acabar com o **individualismo** e que isso faz parte do tal "Cavalete Cultural". Disse em seu artigo "Pobre Região Rica" que é a melhor coisa que fez e que explica bem esta questão. Como exemplo do individualismo citou uma reunião em que esteve presente, no dia do trabalhador, onde estavam meia dúzia de pessoas e os políticos, secretários municipais lá não estavam. Disse que o individualismo por aqui é muito forte e que tem atrapalhado profundamente a região.

solos pobres, onde os custos de produção tornaram a cultura praticamente inviável. O Plano de Diversificação da Lavoura Cacaueira, envolvendo culturas destinadas aos mercados nacional e internacional, foi a mais importante tentativa de mitigar os efeitos estruturais da crise e reduzir a dependência da região em relação à monocultura do cacau mediante a implantação de um sistema de produção orientado para a agroindústria. A presença da CEPLAC garantiria a consistência econômica e técnica necessária a implantação de um moderno sistema de produção que, pelas suas características de complementaridade, beneficiaria a própria *cacaucultura*, tanto pelo efeito demonstração como pela geração de renda.

A população da região é explicada na Tabela 1 que apresenta a evolução do contingente populacional das microrregiões, que compõem o território litorâneo sul da Bahia, a partir da década de 80, que foi o período crucial da Região, alcançou grande produção de cacau, assim como o início do maior desastre ocorrido com a lavoura cacaueira, quando infestada pela doença vassoura de bruxa, cuja consequência provocou a maior crise econômica e social desse território.

2.1 População da Mesorregião do Sul Baiano

Tabela 1. População da Mesorregião do Sul Baiano

Microrregião	1980	1991	1996	2000	2010	Tx. Cres 1991/ 1980	Tx. Cresc 1996/ 1991	Tx. Cresc 2000/ 1996	Tx. Cresc 2010/2000
Ilhéus/Itabuna	936.318	1.130.142	1.122.482	1.095.303	1.027.393	2,0	-0,7	-0,6	-6,20%
Porto Seguro	422.821	500.071	571.684	634.779	728.555	1,8	2,8	2,7	14,8%
Valença	175.111	227.372	236.643	237.415	263.316	3,0	0,8	0,1	10,9%
Total	1.534.250	1.857.585	1.930.809	1.967.497	2.019.264	2,1	0,8	0,4	2,6%

Fonte: IBGE. Censos de 1980,1991,1996, 2000 e 2010. Adaptação de Costa, Francisco M.

O comportamento da população regional, (tabela 1) demonstra que as taxas de crescimento populacional das suas microrregiões variaram de acordo com o desempenho da economia regional. O exemplo da microrregião Ilhéus/Itabuna é um sintoma da importância que teve o cacau como atrativo para ocupação da mão-de-obra. Verifica-se uma taxa de crescimento de 2,0% a.a entre 1980 e 1991, vindo a ser superado pela microrregião de Valença, que apresentou um crescimento de 3,0 a.a. Esse foi um período em que o cacau recebia estímulos para o seu crescimento, destacadamente, o crédito facilitado para expansão de novas áreas de plantios. Já no

período 1996/1991 o crescimento da população na microrregião Ilhéus/Itabuna foi negativo (-0,7) demonstrando a forte influência da vassoura de bruxa já instalada nos cacauais, que provocou a saída da população rural para outras regiões com oportunidades de ocupação mais rentáveis. Com a doença, as propriedades cacaeiras perderam mais de 2/3 da produção histórica, fato que provocou a liberação dos trabalhadores na mesma proporção, ou seja, houve um esvaziamento da população rural, que buscava compensação nas grandes cidades das outras microrregiões, destacadamente a de Porto Seguro, que representava uma âncora para a população expulsa, por estar o turismo como atividade econômica bem consolidada naquele município. No período 2000/1996 a população rural continua a evadir (-0,6) da microrregião Ilhéus/Itabuna, conforme a fúria avassaladora de contaminação da vassoura sobre os cacauais da região. No período 2010/2000 essa microrregião teve uma perda populacional de 6,2%, o que demonstra que a população continua evadindo. Tal comportamento espelha a condição econômica da região, ainda esperançosa da reabilitação da cacauicultura, pois em termos de agricultura regional novo cultivo não foi ainda testado. Mesmo com a evolução das pesquisas genéticas em cacau, o plantio de novas variedades resistentes a vassoura de bruxa ainda permanece em estágio lento, aliado a pouca capacidade financeira do cacauicultor em dinamizar as atividades do cultivo do cacau, por conta própria.

2.2 A distribuição de terras

A elevada densidade demográfica, o desenvolvimento de atividades agropecuárias rentáveis, o uso de tecnologias e fatores históricos, entre outros fatores, contribuíram para que o recurso terra pudesse ser mais bem utilizado nesta mesorregião, não se constituindo exclusivamente em elemento utilizado como reserva de valor ou explorado de forma meramente extensiva.

Mesmo a cacauicultura está passando por crise, a pequena propriedade se mantém preservada ao representar o maior número de empresas em exploração. Pelas características democráticas de exploração, a lavoura cacaeira é um cultivo adaptado a qualquer tipo de explorador, onde o fator mais importante para o seu cultivo é o fator trabalho. Até uma pequena família se torna capaz de conduzir o seu manejo, desde que

respeite as condições de sustentabilidade⁵ da atividade. A tabela 2 demonstrará como o fator terra está sendo distribuído na MSB.

Tabela 2. Uso do solo da região do sul baiano

Áreas até 10ha	12.949 Empresas >>	31,5 %	- Área: 64.856,80ha >>	2,7 %
Áreas > 10 e < 20	5.945 Empresas >>	14,5 %	- Área: 92.752,82 há >>	3,9 %
Áreas > 20 e <= 40	5.938 Empresas >>	14,4 %	- Área: 178.211,66 há >>	7,4 %
Áreas > 40 e <= 60	3.013 Empresas >>	7,3 %	- Área: 151.837,45 há >>	6,4 %
Áreas > 60 e <= 80	1.771 Empresas >>	4,3 %	- Área: 125.450,30 há >>	5,2 %
Áreas > 80 e <= 100	1.227 Empresas >>	3,0 %	- Área: 111.939,67 há >>	4,7 %
Áreas > 100 e <= 200	2.520 Empresas >>	6,1 %	- Área: 357.900,15 há >>	15,0 %
Áreas > 200 e <= 300	924 Empresas >>	2,2 %	- Área: 227.060,59 há >>	9,5 %
SUB-TOTAL	34.287 Empresas >>	83,2%	- Área: 1.310.009,30 ha >>	54,8 %
Áreas > 300 e <= 400	467 Empresas >>	5,5%	- Área: 163.757,73 há >>	6,9 %
Áreas > 400 e <= 500	282 Empresas >>	3,4%	- Área: 127.487,24 há >>	5,3 %
Áreas > 500 e <= 600	148 Empresas >>	1,7%	- Área: 82.002,46 há >>	3,4 %
Áreas > 600 e <= 800	182 Empresas >>	2,1%	- Área: 127.048,45 há >>	5,3 %
Áreas > 800 e <= 1000	115 Empresas >>	1,3%	- Área: 103.546,07 há >>	4,3 %
Áreas acima de 1000	248 Empresas >>	2,8%	- Área: 474.717,15 há >>	20,0 %
SUB-TOTAL	1.442 Empresas >>	16,8%	- Área: 1.078.559,4ha >>	45,2 %
TOTAL	41.126 Empresas	100,0%	- Área: 2.388.568,7ha >>	100,0 %

Fonte: CEPLAC/CENEX/NUPRO - SisCENEX 2011.1 Adaptação de COSTA, Francisco M.

A tabela 2 mostra a ocupação da terra distribuída em empresas. Tal denominação estabelecida pela CEPLAC representa propriedades com títulos de terra, devidamente legalizadas e atendidas pelo serviço de extensão rural do órgão. De alguma forma são empresas que aplicam algum tipo de tecnologia orientada pelos técnicos da extensão.

O que se observa na tabela acima é que 83,2% das empresas da região ocupam uma área territorial agricultável de 54,8%, todas com área entre 10 a 300 ha. O que se constata, tratar de uma região eminentemente de pequenos e médios produtores, onde o minifúndio apresenta-se com 46% das empresas ao se considerar que aproximadamente 19 mil empresas têm até 20 ha, representando serem propriedades de exploração familiar.

Há de se considerar que na atualidade os conflitos pela posse da terra na Região são contidos, vez não serem percebidos latifúndios por extensão. As empresas com mais de 1000 ha, consideradas grandes, são dominadas por grandes grupos empresariais, notadamente, os do ramo de celulose e da pecuária, notadamente na microrregião Porto Seguro, onde estão situadas duas das maiores fabricas de celulose do país e extensas áreas florestadas com eucaliptos. Pelo que apresenta a tabela 2, essas grandes

⁵ A sustentabilidade da lavoura cacaueteira decididamente depende da conservação da Mata Atlântica, em cujo ambiente o cacau se adaptou por ser um cultivo dependente do ciclo normal de chuvas, sombreamento natural de arvores de grande porte e o bioma originado da floresta costeira.

propriedades, em número de 248, ocupam 20% da área agrícola da Região, enquanto a pequena propriedade, em número de 19 mil, representando 46% das empresas, ocupa apenas 6,6% da área agricultável do território sul baiano.

Por serem essas pequenas propriedades normalmente exploradas com cacau e cultivos exóticos, como pimenta do reino, guaraná, cravo da Índia, banana e outros pequenos cultivos, elas estão na sua maioria localizadas nas microrregiões de Ilhéus/Itabuna e Valença, regiões mais tradicionais principalmente com o cultivo do cacau. São explorações dominadas pela agricultura familiar.

Observa-se com isto uma menor concentração fundiária, comparativamente às outras regiões do Estado; todavia os valores do índice de Gini indicam a existência de distribuição não equitativa das terras, conforme tabela 3, abaixo:

Tabela 3. Índice de Gini referente a desigualdade da distribuição da posse da terra no Estado da Bahia e na MSB, em 1960, 1970, 1980, 1990 e 2000.

Local	1960	1970	1980	1990	2000
Região Cacaueira	0,685	0,672	0,701	0,731	0,737
Estado da Bahia	0,786	0,802	0,826	0,841	0,845

Fonte: IBGE (2000). Adaptação de Costa, Francisco M.

Até o surgimento da “vassoura de bruxa” no cacau, a palavra Reforma Agrária na Região era vista nos compêndios, nunca houve qualquer movimento de ocupação em propriedades da região, talvez o fato da lavoura cacaueira ser uma atividade econômica de elevado padrão empregatício não ter despertado nos trabalhadores rurais a necessidade de ocuparem as grandes fazendas. Ressalta-se que nas microrregiões Ilhéus/Itabuna e de Valença predominaram a pequena propriedade, que representava 80% da ocupação das terras, as grandes propriedades não ultrapassavam 600 hectares, que para os métodos de ocupação não se enquadravam, pois eram consideradas produtivas e de tamanho abaixo dos padrões para desapropriação pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

A microrregião homogênea Porto Seguro contribuiu decididamente para o aumento substancial do índice de Gini da MSB no período de 1970 a 2000, em razão de ser ocupada por propriedades extensivas em pecuária e eucalipto, que veio a substituir propriedades produtivas em cacau, pequenos cultivos e floresta, vindo a expulsar a população rural para as cidades, provocando em consequência importantes problemas sociais urbanos, cujas cidades não estavam devidamente preparadas em serviços públicos para oferecer aos migrantes, destacadamente as grandes cidades da região, que

passaram a ter a preferência dos evadidos rurais, por representarem a esperança de uma ocupação assalariada.

2.3. Indicadores econômicos e sociais da Região Cacaueira da Bahia

Os indicadores sociais da MSB representados na tabela 4 apresentam um perfil, cujas evidências comprovam grande concentração de renda, pois 79,5% da população têm renda menor que um salário mínimo, denotando ser uma região rica de povo pobre⁶, pois os dados comprovam o nível de pobreza que assola a maioria do seu povo, também colaborado pelo baixo nível educacional causado pela ineficiência do Estado em prover escola para todos ou de estimular as famílias a matriculem seus filhos. Mesmo com o estímulo da bolsa família se observa que ainda quase 1/3 dos jovens e dos próprios adultos se encontram fora da escola, demonstrando alto nível de analfabetismo na mesorregião.

Tabela 4. Indicadores Sociais e econômicos das microrregiões pertencentes a mesorregião Sul Baiana ou Região Cacaueira da Bahia

Indicadores de pobreza (2004)				
Território	Taxa Analfabetismo 2004 %	PIB per capita (2004)* R\$ 1,00	Famílias com renda per capita até ¼ SM %	Famílias com renda per capita até ½ SM %
Ilhéus/Itabuna	25,4	4.935,70	27,08	51,78
Porto Seguro	26,2	5.547,54	22,74	45,85
Valença	33,9	3.109,23	32,68	58,42
Região Cacaueira	28,5	4.530,82	27,50	52,00
				IDH Médio: 0,665

Fonte: IBGE (2004) Adaptação de Costa, Francisco M.

Há de se considerar, que a renda per capita da região está abaixo das rendas baiana e nacional, o que corrobora o alto índice de concentração de renda e níveis de

⁶ Asmar, foi o primeiro estudioso a traçar o perfil da má distribuição da riqueza regional, onde se constatarem índices de misérias alarmantes para a época, década de 80, quando a cacauicultura experimentava altos índices de produção e preços. Pai da expressão “Pobre Região Rica” indicou como a acumulação da renda regional estabelecia diferenciais entre o produtor do cacau e a sociedade regional. Mesmo com a perda de importância econômica, a cacauicultura regional parece carregar um fantasma, ela se mantendo como a principal atividade agrícola vai sempre estabelecer diferenças alarmantes de distribuição.

pobreza iguais a de regiões mais atrasadas do Nordeste. O Índice de Desenvolvimento Humano da região mostra a penúria que o sistema capitalista acumulador impõe ao trabalhador da região, bem como o poder público não priorizar aos mais necessitados os serviços essenciais para a elevação da dignidade humana, acesso a educação e a saúde de boa qualidade.

Quanto a geração de riqueza proporcionada pelas atividades econômicas exploradas na Região, a tabela 5 demonstra o perfil da riqueza da mesorregião do Sul Baiano, Bahia e Brasil, assim como a relatividade dos PIBs desses locais, tomando por base dados mais recentes, quando a cacauicultura dar sinais de readaptação ao cenário macroeconômico nacional.

Tabela. 5 PIB da Mesorregião do Sul Baiano, Bahia e Brasil. Valor em R\$ 1.000.000. Pib per capita 2008 (R\$ 1,00)

Local	2004	2005	2006	2007	2008	PIB per capita
Sul Baiano(A)	9.038	9.976	10.640	12.128	13.404	6.638,00
Bahia (B)	79.000	83.000	86.800	109.700	120.000	8.430,00
Brasil (C)	1.800.000.	1.938.000	1.937.000	2.558.000	2.900.000	15.240,00
A/B	11,44	12,02	12,25	11,05	11,2	78,7
A/C	0,5	0,5	0,55	0,47	0,46	43,5

Fonte: IBGE, 2011. Adaptação: COSTA, Francisco M.

Em relação a tabela 5, os dados mostram que a MSB detém um PIB per capita muito baixo, o que significa um índice de 22,3% e 56,5% abaixo da Bahia e do Brasil respectivamente. Levando em consideração que a Bahia detém um dos menores PIB per capita do país, a mesorregião do Sul Baiano tem o ônus de sustentar o referido indicador menor que a do Estado, o que denota a sucumbência de parte da riqueza, antes tida como a mais significativa do nordeste brasileiro. Tal desempenho demonstra a perda de destaque da cacauicultura como agregado importante da formação bruta da riqueza baiana. Apesar de ser considerada uma agricultura social pela sua intensa capacidade de ocupar mão-de-obra para o seu cultivo, as crises da lavoura, porém, provocam a dispensa dessa mão-de-obra, tornando-se um ônus para as comunidades urbanas, como sempre despreparadas para receberem batalhões de pessoas sem terem habitações e serviços públicos para suprirem a nova demanda.

A tabela 6, abaixo, apresenta o crescimento do PIB da Região em estudo, fato que pode parecer contraditório, um local com elevados índices de crescimento, mas apresentando ainda grandes índices de pobreza.

Tabela 6. Percentual do PIB da Mesorregião do Sul Baiano

<i>Microrregião</i>	<i>Crescimento 2005/2004 %</i>	<i>Crescimento 2006/2005 %</i>	<i>Crescimento 2007/2006 %</i>	<i>Crescimento 2008/2007 %</i>
Ilhéus/Itabuna	6,8	5,0	10,5	5,6
Porto Seguro	14,4	8,1	18,3	10,3
Valença	14,1	10,2	13,5	41,5
Total médio/MSB	11,8	7,8	14,1	19,1

Fonte: IBGE, 2011. Adaptação e Cálculos: COSTA, Francisco M.

Os dados da tabela 6 apresentam o crescimento do PIB regional acima do nacional, denotando que mesmo sendo produtora de uma lavoura em crise, a comunidade econômica regional começa a descobrir atividades rentáveis em complementação ao cacau, por representar ainda potencial de ressurgimento como um produto importante para as tradições de exploração agrícola regional. As atividades que complementam a do cacau estão representadas pela celulose, diversificação agrícola, turismo, serviços em educação e saúde. Há de se relacionar que nos últimos 10 anos foram instaladas mais de 10 Universidades particulares, bem como Clínicas especializadas, notadamente nas cidades de maior concentração populacional da Região.

2.1 Estrutura de poder e representação da lavoura cacauera

Há de se atribuir a estrutura de poder como fator preponderante e influenciador da atual situação de desequilíbrio que assolou a economia regional. Diferentemente das duas tradicionais monoculturas do país como a cana-de-açúcar e o café que pontificaram formidáveis sistemas de sustentação, através da influência política que amparava os interesses dos produtores dessas lavouras, a cacauicultura não soube tirar proveito da sua importância econômica. A cana-de-açúcar na figura do usineiro dominou o poder político e econômico do Nordeste, o café transformou os seus produtores em banqueiros, industriais e dominadores dos partidos políticos, que os transformavam em

presidentes e orientadores das políticas agrícolas, enquanto o produtor de cacau, que chegou a garantir por algum tempo a pauta de exportação brasileira, se imiscuiu de florescer na Região uma importante representação política capaz de influenciar o governo baiano e brasileiro com políticas públicas mais eficazes de amparo a lavoura.

A estrutura de poder do cacau era representada pelos exportadores e industriais, que situados em Salvador, próximos do poder político estadual, davam sustentação aos partidos para elegerem os governos que mantivessem o jogo de interesse desses segmentos. Isso patenteia o deslocamento do dinamismo da economia para além das suas fronteiras. De acordo Romano, (2007:277) as relações de poder estão embutidas nas práticas da vida diária: são inerentes às relações sociais de todo tipo, incluindo aquelas nas quais nem a coerção nem a resistência são evidentes. O poder não é algo que sempre tenha uma origem, uma intenção ou um dono; não é sempre algo que possa ser atribuído a esforços de determinado grupo social para dominar outro. E não é sempre uma propriedade negativa: pode ser uma força facilitadora, que produz possibilidades libertadoras. A sociedade sul baiana de base agrária não se organizou adequadamente para promover as transformações que a cana-de-açúcar e o café souberam fazer com maestria. Durante a história do território sul baiano, a Região nunca chegou a eleger bancadas de deputados que pudessem transigir políticas importantes para o próprio espaço de origem. Dados do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, (2000) dão conta que desde 1950, o sul da Bahia elege de 1 a 2 deputados federais e um máximo de 05 estaduais com políticos da própria Região, nunca elegeu governador do Estado, nem teve Secretários de Estado, o que denota a pouca aptidão política da população regional para eleger bancadas próprias fortes e até mesmo nomes para exercerem cargos de destaques na administração pública estadual, já que chegou a ostentar 1/3 do eleitorado baiano.

Isso demonstra que o sentido de empoderamento não conseguiu ingressar nos desejos dos produtores e até mesmo da sociedade civil regional, pois conforme Delgado, o poder é um processo social pelo qual as pessoas, as comunidades, as organizações transformam seus recursos em ativos de capital e colocam-se numa posição de poder mudar sua relação com os mercados, o Estado e a sociedade civil. Para o autor, empoderar-se é conquistar poder, ou seja, adquirir a capacidade (o poder) de mudar a posição que ocupa em um determinado campo social de disputa (no caso o do desenvolvimento rural). A comunidade do cacau desconheceu a sua própria capacidade de utilizar o potencial de força cívica, ela internalizou a pobreza, que conforme Delgado

uma de suas dimensões fundamentais é precisamente a ausência de direitos e de poder: os que não tem qualquer poder são condenados a uma situação de pobreza, que é não um fato da natureza, mas uma relação social que nega poder e direitos humanos básicos a certos grupos sociais. (DELGADO, 2002).

Nessa mesma direção, Bebbington (1999), argumenta a necessidade de um largo entendimento dos recursos que as pessoas necessitam acessar no processo de formar uma trajetória de reprodução (livelihood), especialmente, talvez, em um contexto onde as trajetórias de reprodução das pessoas mudam de uma situação onde estão diretamente baseadas em recursos naturais, para trajetórias de reprodução baseadas em um conjunto de ativos, fonte de renda e mercados de produto e de trabalho. De acordo ainda o autor, esses ativos estão, então, tão envolvidos com o empoderamento (empowerment) e com a mudança, como estão com a sobrevivência. Numa analogia entre a performance do cacauicultor e os argumentos de Bebbington (1999), também os de Romano, (p. 17, 2002), que entende empoderamento como um processo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades assumem o controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida e tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir, criar e gerir se evidencia que o cacauicultor entendia a fazenda como a arena mais importante para o processo de reprodução, pois era a propriedade o local de suas relações e fornecedora do seu status, ali era o palco das suas realizações, o ambiente externo estava desplugado das suas relações diretas.

Nessa direção Bebbington (1999), ainda enfatiza que é nesse sentido que acesso e capital social são elementos centrais do esquema de análise, vez servirem como conceito para analisar as relações e as transações entre os membros de uma família rural (rural *household*) e outros atores -relações mediadas pela lógica do Estado, do mercado e da sociedade civil.

Trazer a conceituação de Oliveira (2001), que traça um paralelo entre desenvolvimento local e democracia, para inseri-lo no exemplo discutido neste trabalho, cuja descrição abaixo, denota a fotografia da evolução da atividade econômica atrelada ao modelo de poder, que se instituiu na Mesorregião do Sul Baiano:

A primeira dimensão substantiva do desenvolvimento local refere-se à capacidade efetiva de participação da cidadania no que podemos chamar o governo local e ela aparece como um resgate da ágora grega, posto que a forma democrática representativa é insuficiente para dar conta da profunda separação entre governantes e governados na escala moderna. Essa separação aparece como vantajosa para os grandes grupos econômicos e grupos políticos que formam uma verdadeira oligarquia, mas é inteiramente daninha para o cidadão comum. Essa separação tampouco é dada: ela é produzida exatamente pelos grupos citados, como uma forma da dominação e para evitar que a democracia

seja, realmente, o governo de todos. O desenvolvimento local poderia criar um locus interativo de cidadãos, recuperando a iniciativa e a autonomia na gestão do bem comum. Sugere-se assim, que o governo poderia estar ao alcance das mãos dos cidadãos. (OLIVEIRA, p.14, 2001)

2.2 A crença no poder do estado

O cacauicultor criou uma relação de dependência com o Estado, pois no transcurso das crises de produção sempre esperou pela ajuda governamental para solução das pendências de ordem produtiva, destacadamente o crédito bancário oficial com subsídios generosos ou perdão de dívidas contraídas no passado, bem como a assistência técnica. Por duas vezes o governo estadual instituiu políticas de amparo a cacauicultura, mas diante da incapacidade dessas intervenções gestadas nas décadas de 30 e 40 produzirem mudanças sensíveis no quadro caótico que se enraizava na cacauicultura, o governo federal cria a CEPLAC para se configurar como a fórmula mais imaginativa em termos de assistência integral para o produtor, reuniu em um único órgão a pesquisa agrônômica, a assistência técnica, a educação agrícola, o crédito orientado, e a venda de insumos. O processo de modernização, por que passa a região, não tem cessado de se verificar, o que trouxe como resultado mais significativo o fato de o Brasil vir a ocupar o primeiro lugar entre os países exportadores de cacau com uma marca em valor da ordem de um bilhão de dólares. (COSTA,2002).

Para Hodgson, (2006) as instituições são os tipos de estruturas de maior importância no âmbito social: eles compõem o material da vida social. O reconhecimento crescente do papel das instituições na vida social envolve o reconhecimento de que grande parte da interação da atividade humana está estruturada em termos de regras ostensivas ou implícitas. Sem fazer muita violência para a relevância da literatura, podem-se definir as instituições como sistema social estabelecida e regras prevalentes que estruturam as interações sociais. Linguagem, dinheiro, direito, sistemas de pesos e medidas, modos à mesa, e as empresas (e outras organizações) são, portanto, todas as instituições.

O objetivo da CEPLAC era restabelecer a confiança no futuro do cacau e convencer governantes e produtores, principalmente estes, já cansados de tantas experiências frustradas e habituados aos fracassos dos organismos de assistência, a manter, com os seus poucos recursos, um novo órgão que se propunha cumprir as mesmas metas prometidas por tantos outros que já haviam fracassado. Em dois anos de trabalho, a CEPLAC restabeleceu o equilíbrio econômico-financeiro dos produtores de

cacau, salvando centenas de propriedades, destinando-as à modernização dos métodos de cultivo e, em 1959, iniciou a concessão de empréstimo e beneficiamento do cacau, dentro da mínima orientação técnica existente na época.

Para Granoveter (1991), “as instituições econômicas não emergem automaticamente. São, antes, construídas por indivíduos cuja ação é, ambos, facilitada e limitada pela estrutura e pelos recursos disponíveis nas redes sociais onde encontram-se *embedded*” (1991:9). Também as empresas, os grupos de empresas e as indústrias “se e quando são organizadas, são uma construção social” (1991:14) e que, no caso da evolução de uma indústria (ou de firmas ou grupos de negócios), instituições econômicas estáveis começam como um acréscimo de padrões das atividades ao redor de redes pessoais. “Sua estrutura reflete aquela das redes e, mesmo quando estas não existem mais, as instituições adquirem vida própria”.

Assim, “ações coletivas e individuais, canalizadas através das redes pessoais existentes, determinam quais possibilidades de fato ocorrerão” (1991:15). Dessa maneira, “mesmo em condições econômicas e técnicas idênticas, os resultados podem ser muito diferentes, se as estruturas sociais são diferentes” (1991:16). A CEPLAC encontra uma região totalmente desarticulada e sem organismos de representação capazes de contribuir com demandas mais sustentáveis. A lavoura imaginava que o órgão seria a dádiva oficial, capaz de solucionar todas as mazelas do produtor, através do sistema *top down*, o Estado proveria todos os milagres para retirar a lavoura das dificuldades, que eram crônicas ou idiossincráticas da cacauicultura.

A questão das relações entre instituições e desempenho (ou crescimento) econômico pode estabelecer-se do seguinte modo: “as instituições estruturam incentivos que determinam a forma como as economias se desenvolverão”. Hodgson (2006) define instituições como a estrutura de interações sociais e em que os sentidos são estabelecidos e incorporados. Em parte, a durabilidade das instituições decorre do fato de que pode ser útil para criar expectativas sobre o comportamento estável dos outros. Geralmente, as instituições permitem ordenar o pensamento, a expectativa, e por ação impor a forma e consistência às atividades humanas. Eles dependem dos pensamentos e atividades dos indivíduos, mas não são redutíveis a eles.

A decisão governamental de canalizar para o programa, a cargo da CEPLAC, os recursos do Fundo do Cacau se apoiou, de um lado, na constatação de serem infrutíferos os esforços para o aproveitamento das instituições regionais existentes e, de outro, na potencialidade do cacau como grande produtor de divisas, com amplas perspectivas de

consumo e de alto valor de negociação no comércio exterior. Em consequência dessa decisão, nova diretriz para o cacau, cabendo a CEPLAC a responsabilidade de execução direta dos trabalhos de racionalização da economia cacauceira.

A velocidade e a consistência de um movimento em direção à formação de um sistema local de produção (SLP) vão depender do grau de consolidação da “comunidade cívica”, segundo Putnam (2006). Existindo esta consolidação, abre-se a possibilidade de acumulação de “capital social” nos arranjos produtivos, ou seja, aumenta a capacidade desses arranjos produtivos para formar as bases do sistema de governança da comunidade. Quando isto ocorre, a comunidade passa a se organizar em torno do trabalho coletivo, incentivando a troca de experiências e informações e aumentando a capacidade inovativa do sistema. Esta seria uma das principais funções do capital social.

No entendimento de Hodgson (2006), sendo relativamente estáveis, as instituições tem qualidades de equilíbrio, mesmo o equilíbrio podendo ser perturbado. Estes equilíbrios são reforçados e as preferências ou efeitos tornam-se moldados pelos resultados. Voltando às normas e regras, eles não são simplesmente o "ambiente" em que o ator (racional) deve decidir e agir, pois eles também são internalizados nas preferências, e replicados através do comportamento do indivíduo. Repetida, condicional, como regra de comportamento adquire peso normativo como as pessoas aceitam o costume como moralmente virtuoso e, assim, contribuir para estabilizar o equilíbrio institucional. Depois vemos os efeitos das instituições sobre os indivíduos, bem como os efeitos das pessoas sobre as instituições, os três aspectos das instituições de tornarem-se entrelaçadas. Nesse particular são inquestionáveis os resultados produzidos pela ação da CEPLAC, em termos de aumento de produção, elevação de produtividade, melhoria do padrão de qualidade do produto, aproveitamento dos subprodutos etc, mas são questionáveis as poucas intervenções em prol da sustentabilidade da região produtora de cacau, a partir de uma sinergia mais voltada para o social no sentido participativo e de interação entre os próprios produtores, bem como das lideranças, que se isolavam nas organizações criadas para esse fim.

Higgins, (2005) apud Putnam (2001) pela sua rejeição ao hobbesianismo estrutural (força do Estado) à medida que o considera uma saída muito custosa e pouco eficiente para atingir um equilíbrio estável na sociedade. Apela à confiança, na forma de regras de reciprocidade e sistemas de participação, como solução motivacional mais relevante. O principal problema desta perspectiva está no fato de atribuir “pouca chance de intervenção à iniciativa das burocracias estatais (institucionalismo) na criação da

confiança social”, além de levar a pensar que o capital social é uma solução “quase misteriosa nas profundezas da história de um povo”.

Com a tomada de posição do Governo Federal, considerada duvidosa pelos produtores, possivelmente, a transitória ação da CEPLAC, tornou-se irreversível e sem paralelo na história da economia cacauífera com a instalação do Centro de Pesquisa do Cacau, em 1963, e a criação do Departamento de Extensão Rural, em 1964. Foram os primeiros grandes passos no caminho da recuperação da cacauicultura brasileira. O desdobramento do trabalho desenvolvido nessas áreas apontou, posteriormente, novas necessidades, como a falta absoluta de mão-de-obra qualificada para execução das práticas agrícolas modernas, além das diferenças gritantes de infra-estrutura da MSB. Estendendo seu raio de ação também a esses e outros e a muitos outros setores e serviços, com o objetivo de recuperar a economia cacauífera como um todo, nos seus aspectos agrônômicos, econômicos e sociais, o órgão alterou, visivelmente as suas finalidades originais, em benefício do trabalho que tinha a realizar. O desenvolvimento da MSB com a criação da CEPLAC deu-se dentro do padrão da modernização conservadora, Crédito subsidiado, quimificação e fertilização. A produção, produtividade e preços do cacau aumentaram consideravelmente. No biênio 1976/1977 os preços desse produto em amêndoas secas se elevaram ao patamar de 3.662 US\$ por tonelada, e a maior produção da Bahia, gerada em 1986/87 chegou a 397.362 toneladas. Foi um período de auge da produtividade, produção e preços de cacau, mas tal fato não se refletiu na melhoria de vida dos trabalhadores, aqueles que na visão marxista, são os verdadeiros produtores. O excedente econômico gerado no período destinou-se aos capitalistas cacauicultores da região. Portanto, foi um desenvolvimento “elitista”.

A CEPLAC evoluiu da posição de mero instrumento de apoio financeiro uma lavoura em crise para assumir os encargos de um programa integrado de desenvolvimento agrícola, que terminou por alcançar o suprimento de “insumos modernos”, a classificação do produto, a legalização das terras, o sistema cooperativista, a diversificação agropecuária e o associativismo rural com a formação de nova liderança, informada e autêntica e uma radical mudança na mentalidade do produtor, mas sempre no sentido de beneficiar o de maior poder econômico.

A situação mostrava que só um esforço conjunto, distribuído de forma adequada, entre vários setores básicos poderia liberar a principal Região produtora de cacau do Brasil da crise que esmagava a sua economia e emperrava o seu progresso. Era preciso, antes de qualquer coisa, reformular, fundamentalmente, os processos de cultivo do

cacau, até então utilizados, gerando e levando à prática nas fazendas toda uma tecnologia nova capaz de aumentar a produtividade e a rentabilidade da lavoura, criar condições para a substituição das áreas decadentes, e implantar, em novas bases, um processo extensivo da cultura. Tal condição, explica North (1990), diz respeito às dificuldades das pessoas em decifrar o ambiente em que atuam em decorrência, de um lado, da complexidade intrínseca do ambiente e, de outro, das limitações em processar as informações relevantes. Essas dificuldades tornam a incerteza uma característica permanente dos processos de tomada de decisão, o que por sua vez ajuda a explicar a existência de motivações não-econômicas – ideologias, altruísmo, etc. – do comportamento das pessoas.

O governo federal consciente da escassez de uma consolidada rede de proteção social na região, influenciada pelas práticas antigas do mandonismo dos coronéis do cacau, que ainda concentravam a acumulação de ativos materiais e políticos impediam que a sociedade regional se guarnecesse, através de uma aliança de relações mutuas capazes de manter canais de reivindicações e de comunicação com o estado. A CEPLAC na região passou a assumir o papel de um governo paralelo ao atender as solicitações mais prementes da infra-estrutura regional, ressaltando os investimentos em educação, em saúde pública e saneamento básico, em eletrificação rural, na construção de estradas rurais, no porto do malhado, em outros incentivos voltados ao associativismo, e na assistência ao cooperativismo, na assistência ao sindicalismo rural e na construção da Fundação Universidade Santa Cruz - UESC, transformada depois em Universidade Estadual de Santa Cruz, que denota a capacidade institucional da organização em alocar ações fazendo constituir um sistema de total adaptação em sentido de mão dupla – órgão e sociedade regional burguesa.

Por analogia ao conceito estático de eficiência alocativa, Stiglitz (2000) propõe a avaliar as instituições pela medição não apenas dos resultados obtidos, mas também a eficiência com que esses resultados são distribuídos na comunidade. Esta perspectiva social está relacionada a economia de bem-estar, o conceito de custo de oportunidade e os critérios de Pareto. Em sua formulação tradicional a eficiência alocativa é alcançada quando os recursos são alocados de tal maneira que maximize o bem-estar da sociedade.

Dias (1978, p. 113) comenta a opinião corrente de que desde sua criação, a CEPLAC tem concorrido para a ampliação da concentração de renda e de terras na região, ademais de se constituírem raro exemplo onde a ligação entre o setor produtivo capitalista e o Estado se dá de forma direta, na medida em que parte expressiva dos

quadros técnicos operantes dentro do aparelho do órgão é composta de membros das famílias de médios e grandes produtores de cacau, os quais fazem reverter em benefício do grupo, uma parcela da assistência técnica propiciada pelo órgão. Há de se interpretar nas palavras do autor, que na ausência de normas e regras os indivíduos tenderiam a agir como predadores – cada um buscando defender a propriedade de seus bens, serviços e capacidade de trabalho e se apropriar dos alheios. (Hodgson, 2006).

A consolidação das “técnicas modernas” de produção aliado ao crédito farto beneficiou o empresário do cacau, notadamente o grande produtor, que se aproveitava do seu perfil para contrair cada vez mais empréstimos agrícolas bancários e com os exportadores, cujos recursos se somavam a da produção lhe atribuindo grandes vantagens competitivas para angariar novas propriedades, ampliando a sua capacidade predadora dos médios e pequenos produtores, o que lhe permitia uma visão exclusivamente maximizadora ao acumular cada vez mais propriedades (fazendas) deslumbrando uma compensação ilusória de que mais terra aumentava a riqueza pessoal, mesmo porque quantidade era perfil de poder e prestígio político, independente da quantidade e qualidade da produção, o que deixava a lavoura desguarnecida dos tratamentos culturais importantes para o aumento da produtividade. Em consequência as desigualdades sociais acentuaram-se a ponto de 80% das famílias deterem apenas 31% da renda, conforme detectou o Diagnóstico Sócio Econômico realizado pela CEPLAC (1980, p. 12:29).

2.3 A entrada do capital social na Mesorregião do Sul Baiano

Nessa caminhada uma das tentativas positivas da CEPLAC para sensibilizar o produtor na formação de uma rede de discussão foi o incentivo sugerido para fundação do Conselho dos Produtores de Cacau – CPC, entidade associativa, que se compôs através do sistema sindicalista patronal da MSB, vindo a se desenvolver para uma organização nacional, passando a chamar-se Conselho Nacional de Produtores de Cacau – CNPC. Essa entidade veio a ser patrocinada pela estatal, que também a inseriu na composição do seu Conselho Administrativo, como recompensa para participar do planejamento das ações do órgão em prol da cacauicultura nacional, já que por indicação governamental o cacau deveria se tornar uma lavoura interestadual, isto é, produzi-la onde as condições climáticas sejam favoráveis ao cultivo, até como forma de salvaguardá-la do monopólio baiano de produção. (CEPLAC, 1985).

Peter Evans (1995) ilustra as possibilidades da “sinergia Estado-sociedade”, como resultado de uma combinação de intervenção /coordenação do Estado e esforços cooperativos privados. O autor argumenta que cooperação e redes de engajamento cívico entre cidadãos podem ser facilitadas pela ação de agências públicas; e que os serviços sociais oferecidos pelo Estado podem ser bastante ampliados, na base de um forte compromisso pessoal de funcionários estatais com a comunidade local. A CEPLAC soube promover essa interação com organizações locais, mesmo não tendo oficialmente essa missão ela se tornou uma Agência de Desenvolvimento ao amparar com recursos financeiros as atividades de infraestrutura (construções de estradas, hospitais, escolas rurais, eletrificação rural) além de apoiar também atividades de filantropia e de assistência social na região.

Putnam (2000) por sua vez e com base em seu estudo faz duas grandes generalizações. A primeira estabelece como a condição principal na determinação do nível de associativismo do contexto histórico cultural, a partir de um lento processo de acúmulo de laços comunitários e engajamento cívico para as praticas associativas, sendo assim, pressupõe-se uma cultura específica de determinadas comunidades. A segunda afirma a importância das instituições públicas na indução do associativismo. Assim, as ações políticas governamentais também seriam determinantes para configuração do tipo e da intensidade da ação coletiva. O CNPC veio representar os anseios dos produtores locais, constituindo uma simbólica rede de interesses da lavoura cacaueteira, cuja intersecção é explicada por Granoveter (1985) em a teoria das redes sociais, que parte do princípio de que conexões entre indivíduos constituem elementos agregativos básicos das relações sociais.

O governo criou a cota de contribuição cambial sobre as exportações de cacauete como uma poupança compulsória da região, inteiramente reinvestida em seu benefício, direto, e indireto, através dos mais diversos serviços. A cota contribuiu ainda para corrigir, de certa forma, as disparidades de renda acumulada na área, reduzindo os desníveis sociais. Para os cacaueteiros é como se fosse uma grande cooperativa compulsória para quais todos tem de contribuir, na medida exata do que produzem, proporcionando estabilidades e desenvolvimento coletivos. Tal contribuição se constituiu numa forma de capital social, por se tratar de uma ajuda mutua, mesmo que induzida. Segundo Putnam (2000), o que capacita tais associações a contribuir de tal forma são efeitos “internos” e “externos” destas sobre os indivíduos e grupos. Os efeitos internos se realizam na medida em que as associações incutem em seus membros

hábitos de cooperação e solidariedade, além de um senso de responsabilidade comum em relação a empreendimentos coletivos e públicos. Seus efeitos “externos” recaem sobre toda a sociedade, pois a articulação e agregação de interesses são intensificadas com uma densa rede de associações secundárias. Como resultado dessa observação, o autor afirma que a reciprocidade mútua das instâncias públicas e privadas aumentaria o potencial transformador para o bem-estar da sociedade.

Fox (1996) delinea a imagem de "engrossamento" da sociedade, pretendendo sugerir densidade, força e bases sólidas, embora reconheça o risco de evocar imagens como menos positiva dos entrelaçamentos, pântanos ou areia movediça. Por "engrossamento", refere-se ao alargamento e aprofundamento de redes sociais e as organizações que são relativamente autônomas do Estado e amplamente representativa dos seus membros. O autor quer abordar se uma sociedade civil de espessura é formada por fortes e flexíveis redes sociais e de onde elas vêm. A existência do CNPC veio a constituir-se como o laço mais forte dos produtores de cacau, que passou a ser a voz das reivindicações da lavoura em termos de melhor atuação da CEPLAC, que era cognominada de o “Órgão da lavoura” por representar o algo mais que tanto o produtor desejava para estabelecer melhorias do futuro da economia regional.

Ressaltem- se ainda os visíveis benefícios indiretos refletidos no crescimento das demais atividades comerciais, culturais e sociais da área que, em última análise, vieram a fortalecer, também, as receitas municipais e as do Estado da Bahia. Esse acontecimento é explicado por Bourdieu (2001), ao mostrar como a construção de uma rede durável de relações permitirá ao indivíduo (ou grupo de indivíduos) arregimentar um capital que estivesse fora do circuito estritamente econômico, mas que este mesmo capital (cultural e social) poderia ser usado para fins econômicos, como a acumulação e a reprodução social⁷.

2.4 O crescimento local atrelado a políticas públicas e a formação de redes sociais

O papel do Estado na promoção da cooperação, tomando como referência os conceitos de capital social é enfatizado por Ramírez-Rangel (2001) ao mostrar que a formação das redes interorganizacionais quase sempre acontece em uma estrutura

⁷ Coleman (1990) mostra como os dilemas da ação coletiva poderiam ser resolvidos através da noção de capital social, enquanto Fukuyama (1995), por sua vez, argumentou que a capacidade de cooperar socialmente depende de hábitos, tradições e normas anteriores, virtudes que são encontradas no estoque de capital social de uma determinada comunidade, capital social este que não pode ser adquirido simplesmente por indivíduos agindo por conta própria, uma vez que é uma construção coletiva e histórica.

formal. A colaboração, na maioria das vezes, implica o estabelecimento de instituições formais. Isso significa que as empresas criam, algumas vezes por conta própria, mas quase sempre com a ajuda de suas associações e dos governos regionais ou locais; instituições que permitem a criação de benefícios coletivos e que, normalmente, compartilham três características principais: são parcerias público-privadas; adquirem um estatuto sem fins lucrativos e requerem a coordenação de vários atores para trabalhar com eficácia. Essas instituições fornecem uma gama de serviços como treinamento, pesquisa e desenvolvimento, *marketing* e venda, aquisições coletivas.

As políticas públicas e políticas sociais são sempre um resultado do jogo de forças que se estabelece no âmbito das relações de poder na sociedade. Nessas relações participam, mais ou menos, todos os setores organizados da sociedade, com os mais diversos interesses. É uma relação de disputa que se dá ou repercute também nas instâncias dos poderes tradicionais (executivos, legislativos, judiciário) e nos novos espaços institucionais como são os conselhos paritários. O jogo de forças sociais motivados pelos diferentes interesses na sociedade envolve a dimensão política, econômica, educativa (saber) e cultural. É assim que se exerce o poder na sociedade. Em face da dinâmica da crise proporcionada pela vassoura de bruxa e sensível aos apelos das lideranças da Região, o governo baiano institui um programa de atendimento a lavoura cacaueteira, através de ações voltadas para a Tecnologia Social como orientadora da Política de Ciência e Tecnologia - PCT - baiana tendo como premissa direta à promoção do desenvolvimento social, notadamente no meio rural. Buscou neste caso, apoiar ações que conectem diretamente a produção do conhecimento com as demandas sociais. Supera-se, desta forma, a relação indireta entre o empreendimento científico-tecnológico e o desenvolvimento social. Isto é, a intermediação da ação da política pela empresa privada, que se constitui na condição de reprodução do capital e na apropriação privada do excedente econômico. (RTS, 2005).

As empresas atendidas pelo Programa baiano se comportam como meras receptoras de assistência técnica, onde a prevalência do técnico, do pesquisador, do extensionista está além da participação do produtor, que quase sempre aguarda a indicação de novas tecnologias, que em princípio são geradas pelas Universidades e Centros de Pesquisas baianas para serem aplicadas na propriedade. No exemplo do cacau, se observa que as tecnologias são pesquisadas pela CEPLAC em Convênio com a UESC, a UNICAMP e instituições estaduais – Biofábrica do cacau e outras internacionais que utilizando o potencial técnico-científico desses seguimentos, vem

desenvolvendo pesquisas genéticas para identificar clones auto-compatíveis (capazes de fazer a auto-fecundação), além descobrir um produto resistente o controle eficaz da vassoura de bruxa. Marques, (2009:8) aduz que a racionalidade burocrática e o saber técnico-científico outorgam aos técnicos das empresas de assistência técnica e extensão rural uma forte legitimidade. Reforçada pelo conhecimento do grupo social para o qual as intervenções públicas se orientam. Estas competências lhes permitem, incessantemente, impor seus pontos de vista ao conjunto dos agricultores.

Na experiência do cacau, no início da atual crise da lavoura, a CEPLAC orientou uma técnica de rebaixamento de copa do cacauzeiro, além da clonagem e plantio de cacauzeiros inter-compatíveis (não se auto-fecundam e não conseguem fazer a polinização cruzada, ou seja de um cacauzeiro para outro), como alternativa de recuperação, elevação da produção, produtividade e de resistência da planta a doença, cuja aplicação demandou vultosos investimentos do produtor, que se financiou junto ao sistema bancário, graças a política específica do governo federal para a cacauicultura. O método foi um desastre, não combateu a doença, nem elevou a capacidade de produção da lavoura, o que instalou uma verdadeira derrocada ao provocar o endividamento dos produtores e a quase destruição da lavoura, além da desilusão generalizada em acreditar nas novas tecnologias sugeridas pela CEPLAC, até então o órgão máximo da lavoura, em termos de pesquisa e assistência técnica.

Em razão dessa conjectura, o governo estadual ao criar a Política Baiana de Tecnologias Apropriadas – PBTA - tenta inovar os métodos de assistência técnica acoplando o saber rural no conjunto de medidas para se estabelecer redes de orientação, a partir da experiência do próprio agricultor, através de Tecnologias Apropriadas. Há experiências de pesquisas de produtores, que através de tentativas isoladas ou em redes tem criado algumas tecnologias, cujos resultados tem se mostrado positivos em termos do aumento da produtividade e da resistência da planta ao fungo da vassoura. Entre as dimensões do desenvolvimento local, Delgado, (2002, p.5) sublinha a que busca de alternativas econômicas para as comunidades e os atores sociais envolvidos, talvez seja aquela em que a potencialidade de atuação e de apoio da extensão rural possa ser mais frutífera.

As propostas de desenvolvimento local têm como fundamento a criação, concertada entre os agentes locais, de um entorno territorial que propicie a renovação do tecido produtivo e empresarial. Para isso, devem ser reforçadas as políticas descentralizadas que propiciam a organização e a gestão produtiva e asseguram a

capacidade de introduzir inovações tecnológicas nos diversos territórios. No raciocínio do autor, o desenvolvimento local pode ser definido como um processo de transformação da economia e das sociedades orientado a superar as dificuldades e melhorar as condições de vida da população, mediante uma atuação decidida e acordada entre os agentes locais (públicos e privados), com vistas ao aproveitamento mais eficiente e sustentável dos recursos endógenos, ao fomento das capacidades empresariais e à criação de um entorno inovador no território (ALBUQUERQUE, p. 8, 1997).

O que se verificou no transcurso do Programa de revigoração da lavoura cacaueteira foi o predomínio do efeito top down das políticas públicas, onde todas as ações foram iniciativas do Estado, o agricultor se perfilava como repositório das orientações emanadas das organizações conectadas ao Programa.

Abramovay, (p. 2,3,1998) ao discutir as bases sobre as quais deve ocorrer a formulação das políticas de desenvolvimento rural, destaca, para o Brasil, a necessidade de criar condições que alterem o ambiente institucional local e regional, de forma a permitir que sejam reveladas as “[...] potencialidades com que cada território pode participar do processo de desenvolvimento”. Para enfatizar essa posição, ressalta que, a exemplo do que vem ocorrendo nos países capitalistas centrais, “[...] o desenvolvimento rural deve ser concebido num quadro territorial, muito mais que setorial”. Ademais, considera que o desafio brasileiro consiste “[...] cada vez menos em como integrar o agricultor à indústria e, cada vez mais, em como criar condições para que a população valorize certo território num conjunto muito variado de atividades e de mercado”. Para tanto, são necessárias “[...] políticas públicas que estimulem a formulação descentralizada de projetos capazes de valorizar os atributos locais e regionais no processo de desenvolvimento.

Por melhor que tenha sido as ações da CEPLAC, ela, no entanto, distanciou-se da execução de políticas mais abrangentes na atividade agroindustrial, já que representava o Estado, presente na Região, provocando um estágio de industrialização tardio quando o excedente gerado pelo setor agrário exportador já não era representativo. As causas prováveis foram de ordem política, do lado do investidor potencial, o produtor rural conservador, e o Estado que não privilegiou a Região com incentivos para industrializar-se (COSTA, 2002). Do ponto de vista da relação agricultura-indústria, até bem recentemente, não se podia falar de nexos diretos tipo integração vertical, pois a indústria regional, toda ela de pequeno porte e voltada para o

aproveitamento de alguns recursos naturais ou para o atendimento de certas parcelas do mercado urbano, desenvolveu-se nos ramos de alimentação, madeira mobiliária e mineral não-metálico.

Através da análise do relacionamento das instituições na rede é possível verificar quem possui mais recursos, quem passa mais informações, quem tem mais poder de articulação. Na sociedade contemporânea as relações de poder definem as territorialidades. Confrontando com a discussão de território, as redes qualificam o espaço, interferindo na forma como este território está organizado. Castells (2003:35), esclarece que “o espaço não pode ser definido sem referência às práticas sociais”, o espaço é o lugar da luta, da resistência, onde aparecem as dificuldades das populações. Conforme Castell, (1999) o que qualifica o espaço são as interconexões existentes na sociedade:

Os principais processos dominantes em nossa sociedade são articulados em redes que ligam lugares diferentes e atribuem a cada um deles um papel e um peso em uma hierarquia de distribuição de riqueza, processamento de informações e poder, fazendo que isso condicione o destino de cada local (1999:439).

As redes podem ter definições e conceituações diversas, mas é possível agrupá-las em duas grandes matrizes. A primeira é aquela que considera o seu aspecto, sua realidade material, toda a sua infra-estrutura instalada. A segunda leva em conta, também, o dado social, as pessoas, as mensagens e os valores presentes nas relações dos elementos presentes na rede. As redes são formadas por quantidades e qualidades instaladas em diversos momentos. Portanto é possível considerar a existência de produção e vida nas redes, já que através delas é possível favorecer a “fluidez para a circulação de idéias, mensagens, produtos ou dinheiro, interessantes aos atores hegemônicos” (SANTOS, 2003:274).

O papel do Estado seria o de constituir uma ordem jurídica e econômica que sinalizasse para os agentes sociais a primazia de padrões de organização de relações sociais fundados em redes horizontais ou redes de parceria (ao invés de padrões de organização hierárquico-verticais, que estabelecem formas competitivas de interação social) e de modos democráticos de regulação de conflitos, ao invés de modos autocráticos de resolução dos mesmos. (FRANCO, 2001). Essa ordem constitucional e jurídica, mas também econômica e social, definiria o quadro das restrições e das incitações a partir do qual se desenvolveriam os diversos arranjos institucionais na MSB.

O processo de desenvolvimento de uma Região, que pressupõe o seu crescimento econômico, dependerá, segundo Boisier (1999), fundamentalmente da sua capacidade de organização social que se associa: a) ao aumento da autonomia regional para a tomada de decisões; b) ao aumento da capacidade para reter e reinvestir o excedente econômico gerado pelo processo de crescimento local; c) a um crescente processo de inclusão social, d) e, a um processo permanente de conservação e preservação do ecossistema regional. Esta capacidade de organização social da Região é o fator endógeno por excelência para transformar o crescimento em desenvolvimento, através de uma complexa malha de instituições e de agentes de desenvolvimento, articulados por uma cultura regional e por um projeto político regional. (HADDAD, 1999, p. 10).

Há ainda muita insistência na falação de que as redes são baseadas na cooperação. Isso é verdade, mas não pelas razões que em geral elas apresentam. Há de se pensar que as redes são uma nova forma de organização baseada em princípios cooperativos, como se fosse uma condição a priori, para alguém se conectar a uma rede, aderir a tais princípios. Assim, as redes seriam colaborativas porque, ao compô-las, as pessoas fariam uma espécie de profissão de fé nas vantagens da cooperação e mudariam pessoalmente seu comportamento para participar das redes, como quem toma uma decisão crucial de mudar de vida e faz um voto sobre isso para poder ser aceito em uma organização religiosa.

Nos movimentos sob a forma de redes, as estruturas de poder não se dissolvem. Pressupõe-se, freqüentemente, que, numa organização em rede há uma distribuição do poder, os centros de poder se democratizam, ou, como há muitos centros (nós/eles), o poder se redistribui. Isso é parcialmente verdadeiro, porém, mesmo em uma rede há elos mais fortes (lideranças, mediadores, agentes estratégicos, organizações de referência, etc.), que detêm maior poder de influência, de direcionamento nas ações, do que outros elos de conexão da rede. Tais elos são, pois, circuitos relevantes para o empoderamento das redes de movimento. As redes, assim como qualquer relação social, estão sempre impregnadas pelo poder, pelo conflito, bem como pelas possibilidades de solidariedade, de reciprocidade e de compartilhamento. Portanto, o que interessa é saber como se dá o equilíbrio entre essas tendências antagônicas do social e como possibilitam ou não a autonomia dos sujeitos sociais, especialmente os mais excluídos e que, freqüentemente, são as denominadas “populações-alvo” desses mediadores. (SCHERER-WARREN, 2006:121-2).

A trajetória da lista do cacau pela importância que vem crescendo, através do fluxo de contatos dos seus membros, que na memória da cacauicultura é um momento único da sua história, quando os produtores se encontram diariamente para discutir os seus problemas e trocar experiências. O surgimento da Associação dos Produtores de Cacau - APC, a qual criou a lista do cacau (*Social Network*) onde todos os interessados sugerem e problematizam as opiniões dos demais em relação as ações relativas à cacauicultura. No ano de 2011 criou-se o Instituto Pensar Cacau – IPC, destarte, formou-se intrinsecamente dentro da cacauicultura uma competitividade de movimentos, que pode até ser viabilizado como um fator positivo, pois são dois núcleos que tem o foco de defender os interesses da cacauicultura baiana, desde que se desarmem da ação predatória, mas funcionem em aliança, em rede. As redes sociais convertem, de fato, competição em cooperação, mas como resultado da sua dinâmica. Elas não convertem indivíduos competitivos, beligerantes e possuídos de forte ânimo adversário, em indivíduos cooperativos, pacíficos e amigáveis. Ao favorecer a interação e permitir a polinização mútua de muitos padrões de comportamento, o resultado do “funcionamento” de uma rede social é produzir mais cooperação, conforme o conceito de capital social. As pessoas podem continuar querendo competir umas com as outras, porém, quando conectadas em uma rede, esse esforço não prevalece como resultado geral na medida em que, na rede, elas não podem impedir que outras pessoas façam o que desejam fazer e nem podem obrigá-las a fazer o que não querem. Assim, a rede não é um instrumento adequado para alguém adquirir mais poder (que é sempre o poder de obstruir, separar e excluir).

Pode-se analisar estribado em Putnam (1993) como este comportamento influenciou o desempenho agregado da economia regional e voltando deste nível agregado para o indivíduo, (macro-micro) o mecanismo de retroalimentação que cria um círculo virtuoso entre comportamento social (normas, valores, hábitos políticos) ao desempenho macro (seja o bom desempenho político, econômico ou institucional), não aumentou o capital social da comunidade ou Região para novamente retornar ao comprometimento dos agentes com as normas sociais e de comportamento preestabelecidos, para criar mais capital social. Esta mediação não se tornou importante como medida de progressiva incorporação das instituições e do capital social para explicar o desenvolvimento econômico da MSB.

O crescimento das organizações de blocos de construção de uma sociedade civil autônoma em um ambiente autoritário (o governo desprezou o produtor de cacau, como

tal a própria MSB) depende da "construção política" do capital social. Pode ser capital social co-produzido por estado e atores da sociedade local ou pela interação de atores sociais locais e atores externos da sociedade civil. O capital social também pode ser produzido a partir de baixo, mas *aliados externos* tornam ainda a ser crucial na capacidade dessas organizações para sobreviver.

A elite política têm conflitos independente do efeito causal da capacidade da sociedade civil para se organizar, porque determinam a vontade do estado e à capacidade de encorajar ou dismantelar esse capital social. A vida associativa não se desdobra em um vácuo: estado ou atores sociais externos podem apresentar quer incentivos positivos ou de sanções negativas para a ação coletiva. A abordagem de "estrutura de oportunidade política", onde a ação coletiva surge principalmente em resposta à: "mudanças nas oportunidades que reduzam os custos da ação coletiva, revelam potenciais aliados e mostra onde as elites e as autoridades estão "vulneráveis" (Tarrow, 1994, p. 18). Eles incluem: oportunidades políticas, sociais e energia de idéias, e os processos de "intensificação" representação local e poder de barganha.

No contexto desse quadro teórico, cabe analisar a formação do quadro de representação política que a MSB elegeu nas últimas eleições, o que pode ser um símbolo do "*modus operandi*" enraizado dentro dela, a pouca importância dada pelo seu povo ao apoio externo necessário para sustentar os movimentos de sensibilização ao governo para a implantação de políticas públicas para reativação da economia cacauífera. Os deputados eleitos na Bahia e que tem alguma relação com a MSB são numericamente 06 deputados federais e 07 deputados estaduais, sendo que apenas metade deles tem vínculos diretos com a cacauicultura.

Por último, estabelecer um comparativo para consolidar o ineditismo do trabalho. Após um século de domínio econômico a MSB é sobrepujada pelo crescimento e desenvolvimento do norte baiano, anteriormente um território pobre. Graças aos laços de solidariedade, mesmo incentivados pelos programas de Arranjos Produtivos Locais – APL, introduzidos pelo governo do Estado, o norte soube tirar proveito da política pública de inclusão produtiva, vindo a se tornar uma Região com níveis superiores de qualidade de vida ao da MSB.

3. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Bases para a formulação da política brasileira de desenvolvimento rural** : agricultura familiar e desenvolvimento rural. Brasília : s.n., 1998. p.2 e 3.
- ALBURQUERQUE, Francisco. **Metodología para el desarrollo económico local**. Santiago de Chile : ILPES, 1997. 49p.
- ASMAR, S.R. **Pobre Região Rica**. Itabuna-BA: Editora Agora,1985.
- BEBBINGTON, A. **Capitals and Capabilities**. A Framework for Analysing Peasant Viability, Rural Livelihoods and Poverty in the Andes. London: IIED-DFID, Policies that Work for Sustainable Agriculture and Regenerating Rural Economics, 1999, 54p.
- BOISIER.S. **Teorias e Metáforas sobre o Desenvolvimento Territorial**. CEPAL, 1999.
- BOURDIEU, P.F. **As Estruturas Sociais da Economia**, Lisboa: Instituto Piaget, 2001.
- CASTELS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e terra, 1999.
- CEPLAC. **Diagnóstico Sócio Econômico da Região Cacaueira: Ilheus-BA**. V.8, 1976
----- **Relatório de Atividade**. Ilhéus: CEPLAC, 1980.
----- **A CEPLAC e o Futuro das Regiões Cacaueiras do Brasil: Contribuição ao Debate**. Brasília: CEPLAC, 1987.
----- **Relatório de Atividade**. Ilhéus: CEPALC, 1995.
- COLEMAN, J.S. **Foundations of Social Theory**. Cambridge MA: Harvard University Press. 2000.
-----, “**Social capital in the creation of human capital**”. American Journal of Sociology, 94/Supplement. pp. 95-121. (1988).
- COSTA, F. M. **Reestruturação da Economia Cacaueira do Sul da Bahia pela adoção de novas tecnologias**. Salvador: UFBA, 2002. Dissertação de Mestrado.
- DELGADO, N.G. **Extensão e Desenvolvimento Local: Em busca da construção de um diálogo**. Palestra feita na Mesa 1 – Desenvolvimento Rural no Nordeste do Brasil do Seminário Nacional sobre a Extensão e o Novo Espaço Rural no Nordeste Brasileiro. Recife, 6 de novembro de 2002.
- DELGADO, N.G. & ZIMMERMANN, s. **Gestão de políticas públicas de desenvolvimento rural no contexto das novas institucionalidades**. Rio de Janeiro: OPPA/CPDA/UFRRJ, 2010.
- DIAS, G.M. **Depois do latifúndio, continuidade e mudança na sociedade rural nordestino**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978. 248p.
- EVANS, P. (1996): “**Government Action, Social Capital and Development: Reviewing the Evidence of Synergy**”. World Development, vol. 24, no. 6, pp. 119-1132.
- FARINA, E.M.M.Q. **Organização Industrial no Agribusiness**. In: Economia & Gestão dos Negócios Agroalimentares. Org. Decio Zylbersztain e Marcos Fava Neves. São Paulo: Pioneira, 2000.
- FOX, Jonathan (1996) **How Does Civil Society thicken?** The Political Construction of Social Capital in Rural Mexico. World Development, Vol. 24, N° 6, pp. 1089-1103.
- FRANCO, A. (2001): **Capital Social**, Brasília, Instituto de Política: ed. Millennium.
- GASPARETTO, Agenor. **O trabalhador rural na crise da lavoura cacaueira** www.socioestatistica.com.br. Acesso em 10 de jun. 2010.
- GRANOVETTER, M. **Economic action and social structure: the problem of embeddedness**. American Journal of Sociology, Chicago, Illinois, v. 91, n. 3, p. 481-510. 1985.
----- **The strength of weak ties**. American Journal of Sociology, Chicago, Illinois, v. 6, p. 1360- 1380. 1973.
- HADDAD, P.R. **A Competitividade do Agronegócio e o Desenvolvimento Regional no Brasil**. Brasília: CNPQ/Embrapa, 1999.

- HIGGINS, S.S. **Os Fundamentos Teóricos do Capital Social**. Chapecó: Argos Ed. Universitaria, 2005, 263p.
- HODGSON, G. M. **What are institutions**. *Jornal of Economic Issue*, Vol. XL n. 1 march, 2006.
- MARQUES, P.E.M. **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Mimeo, 2009.
- , E.C. **Redes Sociais e Instituições na Construção do Estado e da sua permeabilidade**. ANPOCS. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 14 n. 14
- NORTH, D & THOMAS, R. **The rise of the Western World: A New Economic History**, Cambridge University Press, Cambridge, 1973.
- Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press. 1990.
- PUTNAM, R. (1993): **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- RAMÍREZ-RANGEL, H., **Avaliando o terreno: os fundamentos sociais e institucionais da cooperação da pequena empresa**. In: GUIMARÃES, N. A, MARTIN, S., **Competitividade e Desenvolvimento: atores e instituições locais**. São Paulo: Editora SENAC, 2001, p. 149-175
- ROMANO, J.O. **Redes de Política Pública na Trajetória do Setor Público Agrícola Brasileiro**. CPDA/UFRRJ, 2008.
- RTS. Rede de Tecnologia Social. **Relatório de Atividades de Ciência e Tecnologia do governo da Bahia**. 1995.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: FDUSP, 2003. Cap. 11.
- SCHERER-WARREN, I. S.- **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan./abr. 2006
- SEN, Amartya (1999) – *Development as Freedom* – Alfred A. Knopf – New York
- SOUZA. N. de J. **Desenvolvimento Sócio Econômico**. São Paulo, 1999, 242 p.
- STIGLITZ, J. **The contributions of the Economics of Information to Twentieth Century Economics**. *Quarterly Journal of Economics*, 1441-1478, November 2000.
- TARROW, S.G. **Power in movement: Social movements, collective action, and politics**. New York, Cambridge University Press, 1994
- TSE. Tribunal Superior Eleitoral. **Políticos Eleitos na Bahia, período 1950-2006** Banco de Dados Eleitoral. Brasília: TSE, 2000.